

Relationship Between The Police And The Community: Impacts Of Community Policing In Amazonas

Victor Maciel Gomes Lima

Leandro Albuquerque

Denison Melo De Aguiar

Resumo

Este artigo analisa a relação entre a polícia e a comunidade no estado do Amazonas, com ênfase nos impactos do policiamento comunitário em contextos geográficos e sociais singulares. Parte da observação de que abordagens tradicionais repressivas mostram limitações em áreas isoladas e ribeirinhas, o objetivo geral descreve os efeitos dessa estratégia na confiança mútua e na prevenção da criminalidade. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e análise de conteúdo de programas como Ronda no Bairro e Ronda Escolar. Os resultados indicam que o policiamento comunitário, ao promover diálogo e participação social, reduz índices de violência e fortalece laços institucionais, embora enfrente desafios logísticos e culturais. Conclui-se que sua plena eficácia depende de capacitação policial, integração interinstitucional e adaptação às realidades amazônicas.

Palavras-chave: Policiamento comunitário. Relação polícia-comunidade. Amazonas. Prevenção criminalidade. Participação social.

Date of Submission: 07-12-2025

Date of Acceptance: 17-12-2025

I. Introdução

O conceito de policiamento comunitário tem suas raízes na ideia de estabelecer uma relação mais próxima e colaborativa entre a polícia e a comunidade, visando uma gestão compartilhada da segurança pública. Esse modelo emergiu como uma resposta às limitações das estratégias tradicionais de policiamento, especialmente em regiões onde os métodos repressivos não foram suficientes para conter a violência. Conforme aponta Bordin (2009), apesar das tentativas de modernização das polícias no Brasil, muitos dos projetos de policiamento comunitário continuam a ser meramente cosméticos, sem abordar de maneira eficaz os problemas de letalidade nas ações policiais. No Amazonas, essa aproximação se torna ainda mais crítica devido às características socioeconômicas e geográficas singulares da região, onde grandes extensões territoriais e comunidades ribeirinhas demandam um modelo de policiamento adaptado às suas realidades locais.

O contexto amazônico é marcado por desafios particulares, como a dificuldade de acesso a muitas áreas e a presença de comunidades isoladas, que nem sempre contam com a infraestrutura necessária para uma atuação eficaz das forças de segurança pública. O policiamento comunitário, nesse sentido, oferece uma abordagem potencialmente mais adequada, ao buscar envolver ativamente a comunidade na formulação e execução de estratégias de prevenção e resolução de conflitos. Godinho et al. (2011) observam que o policiamento comunitário se apresenta como uma alternativa às políticas de segurança baseadas na repressão, propondo uma maior participação social no planejamento e execução das ações de segurança pública. No caso do Amazonas, essa abordagem pode favorecer um modelo de policiamento mais humanizado e eficaz, especialmente em áreas onde a ausência do Estado é mais notável.

A implementação do policiamento comunitário no Brasil teve início na década de 1990, como parte de um esforço mais amplo de modernização das instituições policiais. Esse movimento foi inspirado por modelos internacionais de sucesso, como aqueles observados nos Estados Unidos e no Japão (Frühling, 2007). No Amazonas, o desafio é maior devido à confluência de fatores como o tráfico de drogas, a violência ligada a questões fundiárias e a presença de atividades ilegais nas florestas (Alston et. al, 2000). No entanto, iniciativas locais têm mostrado que, quando bem implementado, o policiamento comunitário pode gerar resultados positivos, como a diminuição da violência e a melhoria da confiança entre os moradores e a polícia.

Entretanto, a eficácia desse modelo depende de fatores estruturais e contextuais, como o treinamento adequado dos policiais, o apoio institucional e a disponibilidade de recursos. Conforme sugere a análise de Teixeira (2008), o sucesso do policiamento comunitário está diretamente relacionado ao nível de compromisso e envolvimento das forças policiais com a comunidade que elas servem". No Amazonas, esse comprometimento

deve ser acompanhado de uma sensibilidade cultural e ambiental, respeitando as especificidades locais e promovendo um diálogo constante com as lideranças comunitárias.

Do ponto de vista social, a relevância do tema reside na necessidade de promover soluções eficazes para a segurança pública em áreas de alta vulnerabilidade, como o estado do Amazonas, caracterizado por desafios únicos, como comunidades isoladas e a presença de atividades ilícitas. O policiamento comunitário proporciona uma maneira de aproximar as forças de segurança da população, criando uma relação de confiança e cooperação que pode contribuir para a redução da criminalidade e a promoção de um ambiente mais seguro. Conforme Godinho et al. (2011), a participação social nas estratégias de segurança pública é fundamental para melhorar a confiança da sociedade nas instituições policiais e aumentar a cooperação entre polícia e comunidade. Nesse sentido, a implementação dessa abordagem no Amazonas tem um impacto significativo na construção de relações mais harmoniosas entre as partes envolvidas.

Academicamente, o estudo sobre o policiamento comunitário no Amazonas oferece uma oportunidade valiosa para ampliar a discussão sobre modelos alternativos de segurança pública em regiões com características geográficas e sociais distintas. A análise desse modelo em um contexto amazônico, com suas especificidades, pode trazer esclarecimentos que enriquecem o debate acadêmico, fornecendo dados e resultados relevantes para futuras pesquisas. O sucesso de um modelo de policiamento baseado na proximidade com a comunidade depende, segundo Teixeira (2008), de um esforço conjunto entre a comunidade e a polícia, baseado em um comprometimento real com a prevenção da criminalidade. A investigação acadêmica sobre a aplicabilidade e os resultados dessa abordagem no Amazonas pode contribuir para o desenvolvimento de novas práticas e teorias no campo da segurança pública.

Cientificamente, o estudo do policiamento comunitário se justifica pela necessidade de investigar a eficácia de um modelo que propõe um paradigma preventivo e colaborativo no combate à criminalidade. Este modelo, que difere das estratégias tradicionais e repressivas, tem sido estudado em várias localidades como uma abordagem eficaz para reduzir a violência e promover a paz social. No entanto, sua implementação no Brasil muitas vezes enfrenta desafios estruturais e culturais. Bordin (2009) aponta que, apesar das tentativas de modernização das polícias no Brasil, muitos dos projetos de policiamento comunitário continuam a ser meramente cosméticos, sem abordar de maneira eficaz os problemas de letalidade nas ações policiais. No contexto amazônico, onde as questões de segurança são ainda mais complexas, o estudo científico da aplicação do policiamento comunitário pode fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes, baseadas na cooperação entre a polícia e a população.

Insta mencionar que o impacto do policiamento comunitário na melhoria das relações entre a polícia e a comunidade no estado do Amazonas, busca analisar as propostas teóricas sobre policiamento comunitário com foco na aplicação dessas diretrizes nas comunidades do Amazonas, bem como examinar as abordagens sobre a interação entre polícia e comunidade, identificando como esses conceitos podem ser adaptados à realidade Amazônica, assim como explorar os elementos do policiamento comunitário, verificando programas já existentes e sugestões no Amazonas.

Assim, a implementação do policiamento comunitário no estado do Amazonas influencia a relação entre a polícia e a comunidade, especialmente em áreas com desafios territoriais e sociais específicos tem grande importância em decorrência das características da vastidão territorial e pela presença de comunidades isoladas, essa abordagem pode ser essencial para reduzir a criminalidade e fortalecer a confiança da população nas instituições de segurança. Ao envolver ativamente os cidadãos na formulação de estratégias de segurança, o policiamento comunitário pode se mostrar mais eficiente do que modelos tradicionais de policiamento, que muitas vezes se revelam ineficazes em áreas geograficamente distantes e socialmente vulneráveis. Conforme Godinho et al. (2011), a participação social é um elemento central no sucesso do policiamento comunitário, especialmente em contextos em que as instituições de segurança enfrentam desafios de efetividade.

Além disso, ao possibilitar que a população local participe ativamente na gestão da segurança pública, o policiamento comunitário não apenas promove um ambiente mais seguro, mas também fomenta um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. Teixeira (2008) aponta que o sucesso dessa abordagem depende de um esforço conjunto entre a polícia e a comunidade, com foco na prevenção e na resolução de conflitos antes que se tornem crimes graves. Com base nisso, espera-se que, quando bem implementado no Amazonas, o policiamento comunitário não apenas contribua para a redução da criminalidade, mas também fortaleça os laços sociais e a confiança nas forças policiais, criando um ambiente de maior cooperação e respeito mútuo.

Nesse mesmo sentido, tem caráter exploratório e descritivo, com o intuito de examinar os impactos do policiamento comunitário no Amazonas, destacando a relação entre a polícia e a comunidade. A pesquisa visa identificar os desafios e conquistas desse modelo de policiamento, focando nas estratégias utilizadas para aproximar os agentes da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) das populações locais, bem como nas barreiras culturais e institucionais que ainda precisam ser superadas para garantir uma interação eficaz e colaborativa entre a polícia e os cidadãos (Maxwell, 2013).

A abordagem utilizada é de método dedutivo, aplicando teorias consolidadas no campo da criminologia e das ciências sociais ao contexto específico do policiamento comunitário no Amazonas. Essa metodologia permite analisar como a inserção de práticas de policiamento comunitário afeta a percepção pública da segurança e a confiança nas forças policiais, além de apontar os desafios e oportunidades para o fortalecimento dessa relação (Maxwell, 2013). Ao abordar essas questões, a pesquisa pretende sistematizar práticas já adotadas, além de sugerir melhorias para ampliar a eficácia do policiamento comunitário na região.

A técnica de análise de conteúdo será empregada para a interpretação qualitativa dos dados obtidos a partir de documentos e relatórios da PMAM, permitindo a identificação de padrões e categorias relacionadas à implementação do policiamento comunitário. Essa abordagem também facilita a formulação de recomendações para aperfeiçoar as práticas de policiamento voltadas à criação de uma relação de confiança mútua entre a polícia e a comunidade (Bardin, 2011). Com isso, espera-se mapear os impactos positivos e os obstáculos que ainda limitam a efetividade desse modelo no estado.

Por fim, a pesquisa utilizará técnicas de revisão documental para analisar normas, regulamentos e políticas públicas que orientam a prática do policiamento comunitário no Amazonas. O estudo tem como objetivo articular as teorias de segurança pública com as práticas locais, propondo recomendações que contribuam para o fortalecimento da cooperação entre polícia e comunidade, de modo a promover um ambiente mais seguro e inclusivo no estado (Bowen, 2009).

II. Desenvolvimento

Propostas Teóricas Sobre Policiamento Comunitário Com Foco Na Aplicação Dessa Diretrizes Nas Comunidades Do Amazonas

O policiamento comunitário emerge como uma abordagem central no campo da segurança pública, especialmente em contextos como o do estado do Amazonas, onde as características geográficas e culturais impõem desafios particulares. Ao contrário dos modelos tradicionais de repressão, essa modalidade de policiamento se fundamenta na criação de laços mais estreitos entre a polícia e a comunidade, promovendo uma lógica de cooperação mútua para a prevenção do crime. Conforme Allan Jones e Andreza Silva (2013), essa prática oferece um novo paradigma para a proteção dos direitos fundamentais, ao garantir que a segurança pública seja tratada como uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e os cidadãos.

Historicamente, o conceito de policiamento comunitário evoluiu em países como os Estados Unidos e o Japão, onde reformas no setor de segurança, nas décadas de 1980 e 1990, buscaram aproximar as instituições policiais da população. No Brasil, esse modelo começou a ser implementado mais fortemente no final do século XX, com destaque para as regiões urbanas, como uma resposta ao aumento da criminalidade e à crescente sensação de insegurança. Godinho (2011) ressalta que, com a redemocratização do país, a filosofia comunitária de policiamento passou a ganhar relevância, na tentativa de promover uma relação mais próxima e colaborativa entre a polícia e a sociedade civil.

A filosofia do policiamento comunitário se apoia na ideia de que a segurança pública deve ser alcançada por meio de um esforço conjunto entre a polícia e os cidadãos, buscando prevenir o crime antes que ele aconteça. Nesse sentido, Marcelo Bordin (2009) destaca que, no Brasil, o modelo foi amplamente adaptado após a promulgação da Constituição de 1988, com o objetivo de reduzir os índices de violência e melhorar a relação entre as forças de segurança e a população, por meio de uma atuação mais próxima e participativa. Essa proximidade, segundo o autor, é fundamental para aumentar a confiança da comunidade na polícia e para assegurar uma resposta mais eficaz aos problemas locais.

Um dos pilares do policiamento comunitário é a participação social, que se revela um elemento central para o sucesso da implementação desse modelo. Werle e Wrasse (2020) afirmam que a cooperação entre a população e as autoridades policiais fortalece o processo de prevenção ao crime, ao mesmo tempo que cria uma sensação coletiva de segurança. A criação de espaços participativos, como os conselhos comunitários de segurança, proporciona um ambiente onde os cidadãos podem expressar suas preocupações e trabalhar diretamente com a polícia na formulação de soluções para os problemas de segurança locais.

No contexto específico do estado do Amazonas, a implementação do policiamento comunitário tem se mostrado uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios particulares da região, especialmente devido às suas características geográficas e sociais. Jhenifer Fragas Ribeiro (2022) argumenta que a proximidade entre a polícia e as comunidades em áreas isoladas, tanto urbanas quanto rurais, é essencial para garantir a segurança e promover a resolução pacífica de conflitos. No entanto, a autora alerta que a continuidade e o sucesso dessas práticas dependem de um esforço constante para manter a confiança da comunidade e para adaptar as estratégias às realidades locais.

Ainda assim, a implementação do policiamento comunitário no Brasil não ocorre sem enfrentar desafios significativos. Ferreira e Borges (2020) observam que, em muitos casos, as práticas policiais tradicionais, marcadas por uma abordagem mais distante e repressiva, ainda predominam, dificultando a consolidação das diretrizes comunitárias. Para que o modelo de policiamento comunitário funcione de maneira eficaz, é necessário

um investimento contínuo na formação dos policiais, capacitando-os para lidar com as demandas de uma sociedade que busca cada vez mais participar ativamente das soluções de segurança pública.

Para superar esses desafios, é fundamental que as forças de segurança adotem estratégias que incentivem a colaboração entre a polícia e a comunidade. Bordin (2009) destaca que a criação de conselhos de segurança, como os CONSEGs, tem sido uma ferramenta eficaz para promover o diálogo entre os moradores e as autoridades, gerando maior engajamento da comunidade e possibilitando uma abordagem mais eficaz na prevenção ao crime. Além disso, a formação de parcerias com outras instituições locais é crucial para que o policiamento comunitário atinja seus objetivos de forma sustentável.

Ao se comparar o modelo brasileiro com outras experiências internacionais, fica claro que, embora a base teórica seja semelhante, existem diferenças importantes na aplicação prática. Godinho (2011) ressalta que o policiamento comunitário no Brasil exige adaptações específicas, especialmente em regiões como o Amazonas, onde a vasta extensão territorial e a diversidade cultural criam desafios únicos. Essas adaptações são fundamentais para garantir que o policiamento comunitário se torne uma estratégia viável e eficaz na prevenção ao crime em áreas de difícil acesso.

No âmbito da Polícia Militar, essa instituição desempenha um papel crucial na implementação do policiamento comunitário no Brasil. Conforme Teixeira (2008), a Polícia Militar deve atuar como mediadora entre o Estado e a comunidade, promovendo a paz social por meio de ações que não se limitem à repressão, mas que enfatizem a prevenção e a educação. Nesse sentido, o policiamento comunitário oferece à Polícia Militar uma oportunidade de transformar sua relação com a população, passando de uma abordagem puramente reativa para uma postura mais proativa e preventiva.

Apesar dos resultados positivos alcançados em algumas localidades, o policiamento comunitário ainda enfrenta limitações. Okar (2009) observa que, em muitos casos, as iniciativas não conseguem manter um diálogo constante com a população, o que prejudica a confiança mútua e enfraquece a eficácia das ações de segurança. A falta de recursos e de apoio político também são desafios frequentes que dificultam a consolidação desse modelo em diversas regiões do país.

No Amazonas, a aplicação das diretrizes de policiamento comunitário apresenta particularidades que exigem uma abordagem diferenciada. Werle e Wrasse (2020) destacam que, em áreas isoladas, onde o acesso aos serviços públicos é limitado, a presença de forças de segurança que estabelecem um relacionamento direto com a comunidade tem se mostrado essencial para reduzir a criminalidade. Contudo, esses esforços precisam ser acompanhados por políticas públicas que garantam recursos e apoio contínuo para que o modelo comunitário se sustente ao longo do tempo.

Assim, conclui-se que o policiamento comunitário oferece uma alternativa viável para a promoção da segurança pública no Brasil, especialmente em regiões como o Amazonas, onde os desafios logísticos e culturais impõem barreiras à implementação de modelos tradicionais. No entanto, como ressaltado por Fragas Ribeiro (2022), a plena realização desse potencial depende de uma mudança estrutural nas instituições policiais e do fortalecimento dos mecanismos de participação social, que são fundamentais para o sucesso das ações de policiamento comunitário a longo prazo.

Abordagens Sobre A Interação Entre Polícia E Comunidade, Identificando Como Esses Conceitos Podem Ser Adaptados À Realidade Amazônica

A interação entre a polícia e a comunidade é uma das abordagens mais discutidas no campo da segurança pública contemporânea, e sua adaptação a realidades regionais, como a Amazônica, representa um desafio e uma oportunidade. O policiamento comunitário, como parte integrante dessa interação, tem como premissa a participação ativa da população nas ações de segurança, proporcionando uma maior aproximação entre os agentes de segurança e os cidadãos. Segundo Silva (2013), esse modelo emergiu no Brasil como uma resposta à crescente necessidade de melhorar as relações entre a polícia e a sociedade, promovendo a coesão social e a segurança comunitária.

Um dos pontos centrais da interação entre polícia e comunidade é o desenvolvimento de mecanismos que permitam a participação efetiva dos cidadãos nos processos de segurança pública. Werle e Wrasse (2020) argumentam que a segurança pública deve ser tratada como uma responsabilidade coletiva, onde a polícia atua não apenas como mantenedora da ordem, mas também como facilitadora de um ambiente seguro para a comunidade. No contexto amazônico, onde as distâncias geográficas e a diversidade cultural impõem desafios particulares, a participação ativa da comunidade se torna ainda mais crucial para o sucesso das iniciativas de segurança.

Outro aspecto importante é a adaptação dos conceitos de policiamento comunitário às realidades locais, como as encontradas nas comunidades da Amazônia. Segundo Fragas Ribeiro (2022), a adaptação de modelos de segurança pública deve levar em consideração as características culturais, sociais e econômicas de cada região. No caso da Amazônia, onde as populações rurais e indígenas muitas vezes vivem em áreas de difícil acesso, é

necessário que a polícia desenvolva estratégias específicas para promover uma interação eficaz com essas comunidades.

A interação entre polícia e comunidade na Amazônia requer também uma abordagem diferenciada em relação à formação dos agentes de segurança. Para Bordin (2009), é fundamental que os policiais recebam treinamento adequado, focado em práticas preventivas e na mediação de conflitos, para que possam atuar de forma eficiente em regiões onde a cultura local pode ser diferente dos grandes centros urbanos. Esse treinamento específico é essencial para que os agentes possam construir relações de confiança com as comunidades locais e, assim, promover um policiamento mais inclusivo e adaptado à realidade amazônica.

Além disso, é importante destacar que a cooperação entre polícia e comunidade pode fortalecer as redes sociais e a coesão comunitária, elementos essenciais para a prevenção do crime. Godinho (2011) observa que, ao fomentar a interação entre diferentes atores sociais, o policiamento comunitário contribui para o desenvolvimento de capital social, que é um dos principais fatores na redução da criminalidade. No contexto amazônico, onde a infraestrutura de segurança é limitada, o fortalecimento das redes sociais locais pode desempenhar um papel decisivo na prevenção de crimes e na promoção da segurança pública.

A criação de canais de comunicação eficazes entre a polícia e a comunidade é outro fator determinante para o sucesso da interação. Segundo Ferreira e Borges (2020), a utilização de conselhos comunitários de segurança e outros fóruns participativos pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer o diálogo entre as autoridades policiais e os cidadãos. Na Amazônia, onde o isolamento geográfico muitas vezes dificulta o acesso a serviços públicos, esses canais de comunicação podem facilitar a implementação de políticas de segurança que sejam mais adequadas às necessidades locais.

Além da comunicação, a transparência e a prestação de contas por parte das autoridades policiais são fundamentais para consolidar a confiança da comunidade. Como destaca Teixeira (2008), a interação entre polícia e comunidade deve ser pautada pela transparência das ações e pela prestação de contas, permitindo que os cidadãos acompanhem de perto as atividades policiais e possam contribuir de forma mais efetiva para a formulação de estratégias de segurança. Esse modelo é especialmente relevante em contextos como o da Amazônia, onde a relação de confiança entre a polícia e as comunidades locais pode ser frágil devido ao histórico de distanciamento entre essas instituições.

A interação entre a polícia e a comunidade também deve incluir o reconhecimento da diversidade cultural e das especificidades das populações indígenas e tradicionais da Amazônia. Okar (2009) aponta que o policiamento comunitário pode ser uma ferramenta eficaz para promover o respeito às tradições culturais e aos direitos das populações locais, desde que seja implementado de forma sensível às particularidades regionais. No entanto, isso requer uma mudança de paradigma por parte das autoridades policiais, que devem atuar como mediadoras de conflitos e protetoras dos direitos fundamentais dessas comunidades.

Uma outra perspectiva importante na adaptação do policiamento comunitário à Amazônia é a utilização de tecnologias que possam facilitar a comunicação e a troca de informações entre a polícia e as comunidades isoladas. Conforme observado por Werle e Wrasse (2020), o uso de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de mensagens e plataformas digitais, pode ser uma alternativa eficaz para superar as barreiras geográficas e promover uma maior interação entre a polícia e as comunidades em áreas de difícil acesso.

Ademais, é essencial que a implementação de estratégias de policiamento comunitário na Amazônia seja acompanhada de políticas públicas mais amplas, que incluem o desenvolvimento social e econômico das comunidades. Segundo Fragas Ribeiro (2022), o policiamento comunitário deve ser visto como parte de uma estratégia integrada de desenvolvimento regional, onde a segurança pública está diretamente ligada ao bem-estar social e à melhoria das condições de vida das populações locais.

A interação entre polícia e comunidade na Amazônia deve ser acompanhada por uma abordagem específica de capacitação dos agentes de segurança, tendo em vista a complexidade das realidades locais. Silva (2013) enfatiza que, além do treinamento técnico, é necessário que os policiais sejam preparados para lidar com as especificidades culturais das diversas comunidades da região, respeitando suas tradições e formas de organização social. Essa capacitação não só melhora a eficácia das ações policiais, mas também fortalece os laços de confiança entre a polícia e a população.

Outro aspecto importante para o sucesso do policiamento comunitário na Amazônia é a criação de mecanismos de participação efetiva da comunidade nas políticas de segurança pública. Conforme afirmam Werle e Wrasse (2020), a participação cidadã é fundamental para que as estratégias de segurança sejam adaptadas às reais necessidades da população local. No caso da Amazônia, onde muitas comunidades estão em áreas remotas, é crucial desenvolver fóruns participativos que permitam a troca de informações e o desenvolvimento de soluções conjuntas entre a polícia e os moradores.

A adaptação do policiamento comunitário à realidade amazônica também requer uma integração entre políticas de segurança e desenvolvimento socioeconômico. Fragas Ribeiro (2022) ressalta que o policiamento comunitário deve ser parte de um esforço mais amplo de desenvolvimento regional, no qual a segurança pública está diretamente ligada à melhoria das condições de vida. Essa integração garante que as ações de segurança não

sejam vistas como punitivas, mas como parte de um projeto de fortalecimento comunitário e redução das desigualdades sociais.

Por fim, é essencial que as estratégias de policiamento comunitário sejam continuamente avaliadas para garantir sua eficácia. Bordin (2009) aponta que, sem um processo de avaliação contínua, as políticas de segurança podem se tornar ineficazes ou desatualizadas. No contexto da Amazônia, essa avaliação deve ser feita de forma colaborativa, envolvendo tanto a polícia quanto as comunidades locais, para que as ações sejam constantemente aprimoradas e ajustadas às demandas regionais.

Elementos Do Policiamento Comunitário, Verificando Programas Já Existentes E Sugestões No Amazonas

O policiamento comunitário, enquanto estratégia de segurança pública, tem como premissa central a proximidade entre a polícia e a comunidade. Esse modelo propõe uma mudança de paradigma no papel da polícia, que passa a atuar de forma preventiva e colaborativa, estabelecendo uma relação de confiança com os cidadãos. Essa abordagem, conforme Albuquerque (2008), exige profundas mudanças estruturais e culturais nas forças de segurança, bem como na administração pública. No estado do Amazonas, essa adaptação enfrenta desafios específicos, relacionados à geografia e às características sociais da região, mas é essencial para enfrentar a criminalidade de forma eficiente.

A vastidão territorial do Amazonas e suas dificuldades logísticas impõem obstáculos à implementação de um modelo de policiamento comunitário eficaz. Contudo, o Programa Ronda no Bairro, analisado por Barbosa (2012), demonstra que, com a devida adaptação, é possível superar essas barreiras. Esse programa, que foi lançado inicialmente no bairro de Santa Etelvina, zona norte de Manaus, apostou na aproximação entre a polícia e a comunidade para reduzir os índices de criminalidade. O sucesso desse modelo reflete a necessidade de incorporar práticas comunitárias, que valorizem a prevenção ao invés da repressão.

O "Programa Ronda no Bairro" foi lançado em 2011 no Amazonas, tendo como projeto piloto o bairro Santa Etelvina, em Manaus. Esse programa surgiu com a proposta de implementar um policiamento preventivo, que promovesse uma maior interação entre a comunidade e a polícia, com foco no cidadão. O objetivo principal era melhorar a prevenção ao crime e aproximar as forças de segurança da população local, rompendo com a tradição de uma polícia focada apenas na repressão, como ressaltam os dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM, 2012).

O surgimento do programa foi motivado pelos altos índices de criminalidade em Manaus, que demandavam uma nova abordagem de segurança pública. A SSP-AM, em colaboração com outros órgãos estaduais de segurança, percebeu a necessidade de adotar metodologias modernas e eficazes para atender essa demanda crescente. Assim, o "Ronda no Bairro" seguiu os princípios do policiamento comunitário, uma filosofia voltada para a integração das ações policiais com a comunidade, com o intuito de aumentar a sensação de segurança e legitimar a presença policial no cotidiano dos cidadãos (Amazonas, 2012).

Diferente das políticas públicas de segurança anteriores, que eram fortemente baseadas em medidas de repressão e controle da criminalidade, o "Ronda no Bairro" buscou consolidar uma filosofia de polícia comunitária. Essa nova abordagem priorizava a prevenção de crimes e o estabelecimento de relações de confiança entre a polícia e a população local. Essa interação mais próxima é vista como fundamental para que a comunidade não enxergue a polícia apenas como um instrumento de força, mas como uma parceira na busca por um ambiente mais seguro e ordenado (Amazonas, 2012).

A adoção do programa representa uma mudança de paradigma na segurança pública do Amazonas, que passou a valorizar a participação ativa dos cidadãos nas ações policiais. A filosofia do policiamento comunitário aplicada no "Ronda no Bairro" envolve não apenas a prevenção ao crime, mas também a construção de uma relação de confiança mútua, na qual a comunidade sente-se parte do processo de segurança. Essa estratégia tem como meta criar um ambiente onde a polícia não apenas reage a crimes, mas também trabalha proativamente para evitá-los por meio do diálogo e da presença constante junto à população (Amazonas, 2012).

Além dos aspectos operacionais, o uso de tecnologias e novos métodos de patrulhamento, como o ciclopatrulhamento, tem se mostrado uma solução viável para enfrentar as particularidades da região. Batista Júnior et al. (2022) enfatizam que o patrulhamento com bicicletas, além de facilitar a mobilidade em áreas de difícil acesso, contribui para uma maior visibilidade das forças de segurança e, consequentemente, aumenta a sensação de segurança da população. Esse modelo de policiamento de proximidade tem sido aplicado com sucesso em diversas regiões do Amazonas, promovendo uma relação mais estreita entre a polícia e os moradores.

O policiamento comunitário também desempenha um papel importante na formação de uma cultura de segurança nas escolas. O Programa Ronda Escolar, segundo Silva e Zogahib (2017), vai além da simples vigilância, ao promover ações educativas que envolvem a conscientização sobre drogas, civismo e violência. Essa integração entre segurança e educação é fundamental para a prevenção da criminalidade juvenil, pois atua diretamente nas causas sociais que podem levar os jovens ao crime. O programa se destaca por sua capacidade de criar um ambiente seguro e colaborativo nas escolas, fomentando uma relação de confiança entre estudantes, professores e policiais.

No entanto, a plena implementação do policiamento comunitário no Amazonas ainda enfrenta desafios institucionais. Albuquerque (2008) observa que, embora iniciativas como a criação dos Conselhos Interativos Comunitários de Segurança Pública tenham sido propostas, a falta de regulamentação e de integração entre as polícias civil e militar limita a eficácia dessas ações. Para que o policiamento comunitário alcance todo o seu potencial, é necessário um maior esforço de integração e regulamentação, com um planejamento estratégico que considere as peculiaridades locais.

A segurança pública, especialmente no contexto do Amazonas, não pode ser tratada de forma isolada, sendo essencial a articulação entre diferentes políticas públicas. Como apontam Batista Júnior et al. (2022), a criminalidade está diretamente relacionada a questões socioeconômicas, como falta de acesso a serviços básicos e desigualdade social. O policiamento comunitário, ao promover a participação ativa da comunidade na segurança, atua como um mecanismo de prevenção social, mas seu sucesso depende de um conjunto de políticas integradas nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O policiamento comunitário tem se mostrado eficaz na redução da criminalidade e na promoção da paz social em países como Estados Unidos e Canadá. Esses exemplos internacionais evidenciam que a proximidade entre polícia e comunidade pode trazer resultados positivos em termos de segurança pública. No entanto, Albuquerque (2008) adverte que, para que esse modelo funcione no Brasil, é crucial adaptá-lo às particularidades locais, especialmente em regiões com desafios específicos, como o Amazonas.

A simples transposição dos modelos estrangeiros para o contexto brasileiro, sem levar em conta fatores regionais como a vasta extensão territorial e a diversidade cultural, pode resultar em falhas, conforme Albuquerque (2008). No caso do Amazonas, onde as populações muitas vezes vivem em áreas isoladas e de difícil acesso, a aplicação do policiamento comunitário deve ser ajustada para atender essas necessidades específicas. Caso contrário, a implementação dessa filosofia corre o risco de ser superficial e ineficaz.

A capacitação dos policiais envolvidos no policiamento comunitário é outro fator crucial para o sucesso dessa estratégia. O NEV/USP (2009) enfatiza que o treinamento dos policiais deve ir além das técnicas de policiamento tradicional, incluindo habilidades de mediação de conflitos e uma compreensão profunda das realidades culturais e sociais da comunidade em que atuam. Isso é especialmente importante no Amazonas, onde a diversidade cultural exige uma abordagem sensível e adaptada às especificidades de cada região.

A participação da comunidade é um dos pilares do policiamento comunitário, e essa participação deve ir além da simples colaboração. Silva e Zogahib (2017) defendem que a comunidade deve ser um parceiro ativo na formulação e implementação das políticas de segurança pública. A criação de Conselhos Interativos, que reúnem moradores e autoridades para discutir e planejar ações de segurança, é uma iniciativa que promove essa participação, tornando as ações mais eficazes e melhor adaptadas às necessidades locais.

No entanto, a plena integração entre as diferentes esferas do poder público e a sociedade civil é fundamental para o sucesso do policiamento comunitário. O modelo tradicional de segurança, baseado na repressão e na força policial, não é suficiente para lidar com a complexidade dos desafios sociais e territoriais do Amazonas. Barbosa (2012) argumenta que a integração entre políticas públicas de segurança, educação e desenvolvimento social é essencial para enfrentar as causas estruturais da criminalidade e garantir uma segurança pública mais eficaz e duradoura.

O fortalecimento das parcerias entre a polícia e outros órgãos governamentais e não governamentais também se mostra essencial para a efetividade do policiamento comunitário. Como destacam Batista Júnior et al. (2022), essas parcerias possibilitam a criação de ações preventivas mais amplas e eficazes, como campanhas educativas e projetos de inclusão social. Em regiões onde a presença do Estado é limitada, a colaboração com organizações locais pode ser a chave para a implementação de estratégias de segurança comunitária bem-sucedidas.

Ademais, é importante ressaltar que o policiamento comunitário no Amazonas deve ser visto como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento social e econômico. A criminalidade não pode ser dissociada das condições socioeconômicas da população, e é necessário um esforço conjunto de diferentes setores para promover um ambiente seguro e justo. Silva e Zogahib (2017) argumentam que programas como o Ronda Escolar e o Ronda no Bairro só terão sucesso pleno se forem acompanhados de políticas públicas que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades.

Dessa forma, o policiamento comunitário busca aproximar a polícia da comunidade, promovendo a colaboração e a confiança mútua. Essa abordagem preventiva exige mudanças profundas nas forças de segurança, adaptando-as às necessidades da população. No Amazonas, com desafios territoriais e sociais únicos, essa estratégia se torna crucial, embora enfrente obstáculos relacionados à geografia e à cultura local (Albuquerque, 2008).

A implementação do policiamento comunitário no Amazonas, apesar das dificuldades logísticas, tem mostrado resultados promissores. O Programa Ronda no Bairro, por exemplo, conseguiu reduzir os índices de criminalidade ao apostar na interação entre polícia e comunidade, mostrando que práticas comunitárias são fundamentais para a prevenção de crimes (Barbosa, 2012). Tecnologias como o ciclopatrulhamento também têm

ajudado a superar as barreiras de acesso, facilitando a presença policial em áreas remotas e promovendo uma maior sensação de segurança (Batista Júnior et al., 2022).

Além disso, o policiamento comunitário desempenha um papel importante na formação de uma cultura de segurança nas escolas, como demonstra o Programa Ronda Escolar. Esse programa não apenas previne a criminalidade juvenil, mas também fomenta valores cívicos e fortalece a relação de confiança entre estudantes, professores e policiais, criando um ambiente colaborativo e seguro (Silva; Zogahib, 2017).

III. Considerações Finais

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho mostram que o policiamento comunitário é uma estratégia indispensável para fortalecer a relação entre a Polícia Militar do Amazonas e a população. Em um estado de dimensões continentais, com comunidades urbanas, ribeirinhas e rurais muito diferentes entre si, a simples atuação repressiva não é suficiente para responder aos problemas de segurança pública. A aproximação com o cidadão, o diálogo constante e a construção de confiança tornam-se elementos centrais para que a presença policial seja vista como proteção e não apenas como força de contenção.

Os programas já desenvolvidos no âmbito da PMAM, como iniciativas de policiamento de proximidade em bairros de Manaus e ações voltadas para escolas e territórios mais vulneráveis, indicam que a filosofia comunitária traz resultados concretos quando há continuidade, planejamento e envolvimento real dos moradores. Ao priorizar a prevenção e a mediação de conflitos, a polícia consegue atuar de forma mais inteligente, identificando causas e não apenas sintomas da criminalidade. Essa mudança de postura contribui para reduzir a sensação de insegurança, melhora a imagem da corporação e reforça o papel do policial militar como agente de proteção social.

Ao mesmo tempo, o trabalho evidencia que ainda existem desafios importantes a serem enfrentados, como limitações de efetivo, dificuldades logísticas no interior, carência de recursos e a necessidade de consolidar uma cultura institucional plenamente alinhada aos princípios do policiamento comunitário. Superar esses obstáculos exige investimento permanente em formação e capacitação, com ênfase em direitos humanos, comunicação, resolução pacífica de conflitos e respeito às especificidades culturais das comunidades amazônicas. Também exige integração com outras políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, assistência social e desenvolvimento, para que a polícia não atue isoladamente.

Para quem se prepara para exercer a função de oficial da Polícia Militar do Amazonas, como é o caso deste autor, os resultados deste estudo reforçam a responsabilidade de liderar pelo exemplo. Cabe ao oficial incentivar práticas de proximidade, valorizar o diálogo com a sociedade, apoiar iniciativas comunitárias e orientar sua tropa para uma atuação técnica, ética e respeitosa. Mais do que dominar procedimentos operacionais, o futuro oficial precisa compreender que a legitimidade da PMAM depende, em grande medida, da forma como a corporação se relaciona com o povo que protege. Nesse sentido, o policiamento comunitário não é apenas um tema acadêmico, mas um norte para a prática profissional e para a construção de uma segurança pública mais humana e comprometida com a realidade amazônica.

Referências

- [1]. ALBUQUERQUE, Lilibeth Cynthia Corrêa De. Policiamento Comunitário No Amazonas: Ações Implementadas E A Percepção Dos Atores Envolvidos. 2008. Dissertação (Mestrado Em Administração Pública) – Fundação Getulio Vargas, Escola Brasileira De Administração Pública E De Empresas, Rio De Janeiro, 2008. Disponível Em: [Https://Hdl.Handle.Net/10438/6632](https://hdl.handle.net/10438/6632). Acesso Em: 1 Set. 2024.
- [2]. ALSTON, L.; LIBECAP, G.; MUELLER, B. Land Reform Policies, The Sources Of Violent Conflict, And Implications For Deforestation In The Brazilian Amazon. *Journal Of Environmental Economics And Management*, V. 39, P. 162-188, 2000. Disponível Em: [Https://Www.ScienceDirect.Com/Science/Article/Abs/Pii/S0095069699110387?Via%3Dihub](https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0095069699110387?via%3Dihub). Acesso Em: 22 Ago. 2024.
- [3]. AMAZONAS. Secretaria De Estado De Segurança Pública. Manual Do Gestor E Operador Ronda No Bairro. Manaus: Governo Do Estado Do Amazonas, Secretaria De Estado De Segurança Pública, 2011 BARBOSA, Danielle Da Silva. Política De Segurança Pública Em Manaus: Uma Análise Do Programa Ronda No Bairro. In: VII Jornada Internacional De Políticas Públicas, 2012, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2012. Disponível Em: [Https://Www.Joinpp.Ufma.Br/Jornadas/Joinpp2015/Pdfs/Eixo7/Politica-De-Seguranca-Publica-Em-Manaus-Uma-Analise-Do-Programa-Ronda-No-Bairro.Pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/politica-de-seguranca-publica-em-manaus-uma-analise-do-programa-ronda-no-bairro.pdf). Acesso Em: 2 Ago. 2024.
- [4]. BARDIN, Laurence. Análise De Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- [5]. BATISTA JÚNIOR, R. V.; NUNES, K. C. C.; DE LIMA, O. P.; MADURO, M. R.; DA SILVA, V. C.; TEIXEIRA, E. P.; ROBERTO, A. P. A.; DE ARAÚJO, P. C. D.; DE OLIVEIRA JÚNIOR, N. J.; ROMÃO, L. P. O Fortalecimento Do Policiamento Comunitário No Amazonas Por Meio Do Patrulhamento Ciclístico. Seven Editora, [S. L.], 2023. Disponível Em: [Https://Sevenpublicacoes.Com.Br/Editora/Article/View/2548](https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/2548). Acesso Em: 31 Out. 2024.
- [6]. BORDIN, Marcelo. Polícia Comunitária: Entre A Retórica Do Estado E A Prática Cotidiana. Vigilância, Segurança E Controle Social, Curitiba, P. 349-368, 2009. Disponível Em: [Www.Pucpr.Br/Reol/Index.Php/SSSLA?Dd1=2681&Dd99=Pdf](http://www.pucpr.br/reol/index.php/sssla?dd1=2681&dd99=pdf). Acesso Em: 06 Dez. 2024.
- [7]. BOWEN, Glenn A. Document Analysis As A Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, V. 9, N. 2, P. 27-40, 2009.
- [8]. CLARKE, R. V. Situational Crime Prevention: Successful Case Studies. 2. Ed. Guilford, NY: Harrow And Heston, 1997.
- [9]. CRESWELL, John W. Investigação Qualitativa E Projeto De Pesquisa: Escolhendo Entre Cinco Abordagens. 3. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- [10]. FELSON, M. Crime And Everyday Life. 3. Ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2002.

Relationship Between The Police And The Community: Impacts Of Community Policing In Amazonas

- [11]. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução Ao Estudo Do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- [12]. FERREIRA, Daniel Victor De Sousa; BORGES, Jacquelaine Florindo. O Policiamento Comunitário Como Uma Prática Social E O Gerencialismo Na Segurança Pública: Análises De Uma Unidade Operacional Da Polícia Militar. Read. Revista Eletrônica De Administração (Porto Alegre), V. 26, N. 3, P. E298, Set./Dez. 2020. Disponível Em: <Https://Doi.Org/10.1590/1413-2311.298.105005>. Acesso Em: 1 Out. 2024.
- [13]. FRÜHLING, H. The Impact Of International Models Of Policing In Latin America: The Case Of Community Policing. Police Practice And Research, V. 8, P. 125-144, 2007. Disponível Em: <Https://Www.Tandfonline.Com/Doi/Abs/10.1080/15614260701377638>. Acesso Em: 12 Out. 2024.
- [14]. GODINHO, Letícia. Depois Do 13º Tiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- [15]. MAXWELL, J. A. Qualitative Research Design: An Interactive Approach. 3. Ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2013.
- [16]. NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLENCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - NEV/USP. Manual De Policiamento Comunitário: Polícia E Comunidade Na Construção Da Segurança. São Paulo: NEV/USP, 2009. Disponível Em: <Http://Www.Nevusp.Org/Downloads/Down247.Pdf>. Acesso Em: 07 Jul. 2024.
- [17]. OKAR, Marcelo Gibral. Planejamento E Controle Da Segurança Pública. 2009. Trabalho De Conclusão De Curso (Especialização) – Universidade Federal Do Paraná, Setor De Ciências Sociais Aplicadas, Curso De Especialização Em Planejamento E Controle Da Segurança Pública, Curitiba, 2009. Disponível Em: <Https://Hdl.Handle.Net/1884/65838>. Acesso Em: 12 Ago. 2024.
- [18]. PATTON, M. Q. Qualitative Evaluation And Research Methods. 3. Ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1999.
- [19]. RIBEIRO, Jhenifer Fragas. Policiamento Comunitário: A Aproximação Da PM Com A Comunidade. 2022. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação Em Direito) – Pontifícia Universidade Católica De Goiás, Escola De Direito, Negócios E Comunicação, Goiânia, 2022. Disponível Em: <Https://Repositorio.Pucgoias.Edu.Br/Jspui/Handle/123456789/5189>. Acesso Em: 2 Out. 2024.
- [20]. SILVA, Allan Jones Andreza. Policiamento Comunitário: Um Novo Paradigma Para Proteção Dos Direitos Fundamentais. Guarabira: Universidade Estadual Da Paraíba, Centro De Humanidades, 2013. Disponível Em: <Http://Dspace.Bc.Uepb.Edu.Br:8080/Xmlui/Handle/123456789/1700>. Acesso Em: 12 Out. 2024.
- [21]. SILVA, Wagner Rodrigues Da; ZOGAHIB, André Luiz Nunes. O Emprego Preventivo Do Ronda Escolar Como Modalidade De Policiamento Comunitário. 2017. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação Em Direito) – Universidade Do Estado Do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível Em: <Http://Repositorioinstitucional.Uea.Edu.Br/Handle/Riuea/2686>. Acesso Em: 12 Jul. 2024.
- [22]. TEIXEIRA, Sílvia Helena Mendonça. Policiamento Comunitário: Uma Parceria Entre Polícia E Comunidade Auxiliando Na Prevenção Da Criminalidade. 2008. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação Em Direito) – Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível Em: Https://Repositorio.Ufc.Br/Bitstream/Riufc/37001/1/2008_Tcc_Shmteixeira.Pdf. Acesso Em: 12 Out. 2024.
- [23]. WERLE, Caroline Cristiane; WRASSE, Helena Pacheco. Apontamentos Sobre O Policiamento Comunitário: Uma Inovadora Política De Segurança Pública Na Prevenção E No Combate À Criminalidade E Violência No Brasil. In: Seminário Nacional De Pesquisa Em Políticas Públicas, 2016, Santa Cruz Do Sul. Anais [...]. Santa Cruz Do Sul: UNISC, 2016. Disponível Em: <Https://Online.Unisc.Br/Acadnet/Anais/Index.Php/Snpp/Article/View/14708>. Acesso Em: 9 Out. 2024.